



AS FONTES LEGAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2011

Autor(a): ANNE CACIELLE FERREIRA DA SILVA ¹

Coautor(a): TÂNIA M. F. BRAGA GARCIA²

1. INTRODUÇÃO

Os livros ou manuais didáticos são elementos tradicionais da cultura escolar e sempre estiveram presentes na escola ao longo dos últimos séculos. Eles podem ser compreendidos como artefatos culturais que, inseridos na escola, afetam diferentes dimensões da experiência escolar, em especial a dimensão do ensino e da aprendizagem. O livro é um elemento que contribui para definir as condições em que o ensino e a aprendizagem se realizam, e ele afeta, por exemplo, o planejamento, a estruturação das aulas, a focalização do conteúdo, o tipo de atividade, o tempo escolar e a avaliação (CHOPIN, 2004; BITTENCOURT, 1998).

A experiência de trabalho em escolas públicas evidenciou que a maioria dos professores utilizava quase que exclusivamente os livros didáticos oferecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Este programa, o PNLD, desde a sua implantação, em 1985, vem se constituindo em uma das mais importantes políticas públicas educacionais do Brasil. Isto coloca o debate sobre os manuais para além da dimensão didática, como uma questão política e educativa da maior relevância, como afirma Garcia (2010).

Altos recursos públicos são aplicados anualmente pelo PNLD, pois o programa envolve um grande número de agentes entre autores, equipes editoriais, funcionários do MEC, comissão de avaliadores, além de todo o esforço para fazer com que os livros cheguem aos pontos mais distantes do país (SILVA (a), 2011, p.2.). Isto impõe aos pesquisadores, para além do estudo dos livros, a necessidade de aproximação com os sujeitos escolares, em especial, professores e alunos, para compreender as formas pelas quais o livro afeta as aulas, na dimensão do ensino e da aprendizagem e observar, portanto, se os investimentos têm efeitos sobre as atividades que acontecem nas salas de aula.

Tomando como base as idéias acima, foi realizada a pesquisa que definiu como material empírico os livros didáticos de História destinados aos alunos do 8º ano do Ensino

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2014), linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino (bolsa CAPES). Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2013), linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino. Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal do Paraná (2009). Professora de História no Ensino Fundamental e Médio, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Bolsista do CNPq.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC

Fundamental, aprovados pelo PNLD-2011. Buscou-se analisar se esses livros apresentavam fontes legais, ou seja, documentos legislativos, os decretos, as cartas régias, os discursos e pronunciamentos, enfim, todo e qualquer documento que tenha alguma relação com a lei.

Pressupõem que é através do trabalho com fontes históricas em sala de aula que o aluno passa a compreender que a História não está pronta; que a História é uma ciência particular, que não se limita a considerar a existência de uma só explicação ou narrativa sobre o passado, mas, pelo contrário, que a História possui uma natureza multiperspectivada (SCHMIDT e BARCA, 2009, p. 12). Portanto, definiu-se que a pesquisa teria como objetivo analisar os manuais para verificar se e como os autores incorporaram o trabalho com fontes legais, considerando-se as recomendações presentes na literatura acadêmica e nos Editais do PNLD.

A pesquisa, de natureza qualitativa, foi estruturada a partir das seguintes questões orientadoras: os documentos legais são usados pelos autores de livros didáticos? São usados como fontes? Podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem histórica? Para a análise, foram selecionados dois livros que tem boa aceitação entre os professores de escolas públicas, cujos autores indicam explicitamente a intenção de trabalhar com fontes. O primeiro livro analisado, livro A, intitula-se “História em Documento-Imagem e Texto”, de Joelza Ester Domingues da editora FTD. O segundo livro analisado, livro B, também da editora FTD, intitula-se “História, Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos Junior.

Para os objetivos da pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo como procedimento metodológico, na perspectiva de Franco (2003). Para essa autora, a partir de uma pré-análise dos materiais selecionados, são definidas categorias e hipóteses de trabalho para o desenvolvimento das análises finais. Neste trabalho, apresentamos os principais resultados obtidos na pesquisa.

2. PRÉ-ABOLIÇÃO, ABOLIÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO NAS FONTES LEGAIS: ANALISANDO SUA PRESENÇA NOS LIVROS DIDÁTICOS.

Para atender aos objetivos da pesquisa, definiu-se como material empírico os livros didáticos de História destinados aos alunos do 8º ano do Ensino Fundamental. Esta escolha se justifica pelos temas propostos para estas séries, ou seja, temas que abordam o período pré-abolição, abolição e pós-abolição da escravatura no Brasil, temas que devem ser apresentados

aos alunos das séries finais do Ensino Fundamental, de acordo com as orientações curriculares dos sistemas de ensino.

Em trabalhos historiográficos de pesquisadores brasileiros que abordam estes temas, os documentos legais são sempre utilizados e verifica-se a possibilidade de uso desses documentos no ensino. Assim, optou-se por este recorte temático, buscando observar a presença ou ausência destes documentos nos livros didáticos. Após uma primeira leitura para explorar o material empírico, foram definidas quatro categorias de análise dos livros didáticos:

- **Documentos citados:** refere-se aos documentos que são citados pelo autor, mas que não aparecem nos livros didáticos, ou seja, não estão apresentadas no material. Foram analisados os documentos citados ao longo dos capítulos e das unidades selecionadas, documentos estes que aparecem citados ao longo dos textos-base.
- **Documentos usados como ilustração:** refere-se aos documentos históricos que aparecem nos manuais didáticos somente como ilustrações, ou seja, não é sugerida nenhuma atividade de interpretação com os alunos, nem ao menos há indicações dos motivos de sua inserção no manual.
- **Fontes com exploração didática parcial:** nesta terceira categoria foram incluídas aquelas que, embora sejam tratadas como fontes, as atividades sugeridas, por algum motivo, não levam os alunos à interpretação do documento histórico, como sugerido na literatura e nas orientações curriculares nacionais, restringindo as possibilidades de construção do conhecimento histórico.
- **Fontes com exploração didática que abre possibilidades de construção do conhecimento histórico:** Esta quarta categoria de análise agrupa os documentos históricos que são tratados metodologicamente pelos autores de maneira adequada como fontes, ou seja, são exploradas de forma que podem possibilitar aos alunos com a ajuda de seus professores, construir um conhecimento histórico.

A partir destas quatro categorias buscou-se analisar a presença dos documentos históricos, em especial os documentos legais, nos manuais escolhidos.

3. AS FONTES LEGAIS ESTÃO PRESENTES NOS LIVROS ANALISADOS?

No livro de Joelza Ester Domingues (livro A), as fontes legais, objeto de interesse na pesquisa, aparecem nos capítulos analisados num total de 18. Quanto à forma como são

trabalhadas, a autora opta por fazer questionamentos e, através de perguntas dirigidas por ela, busca levar os alunos à interpretação dos documentos.

Na análise realizada, pode-se perceber que o livro A atende as indicações para a utilização de documentos no ensino da História, indicações estas que fazem parte dos critérios de avaliação do PNLD e do discurso de especialistas da Didática da História, incluindo-se a abordagem da Educação Histórica, na perspectiva do filósofo da História Jörn Rüsen. No material empírico analisado, observou-se a presença de diversos tipos de documentos históricos, entre eles: gravuras, quadros, charges, mapas, tabelas, gráficos, fotografias, memórias e também os documentos legais. Portanto, do ponto de vista da quantidade e diversidade, pode-se concluir que o livro A pode ser considerado adequado, como se verifica no quadro a seguir:

Quadro 1 – Documentos históricos presentes no livro A (livro do aluno) – Total de páginas analisadas: 106

<i>Tipo</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Número das páginas que contêm os documentos históricos</i>
Mapa	5	Páginas: 73, 128, 243, 259, 267
Desenho	10	Páginas: 121, 133, 151, 165, 239, 241, 254, 255, 265
Pintura/gravura	33	Páginas: 76, 123, 125, 127, 129, 130, 131, 135, 137, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 153, 159, 162, 243, 271, 274, 276
Fotografia	41	Páginas: 73, 75, 78, 146, 147, 148, 155, 157, 236, 245, 247, 249, 251, 259, 261, 267, 269, 272, 273, 274, 279
Texto como fonte	11	Páginas: 75, 76, 77, 125, 137, 143, 247, 249, 267, 271
Cartaz/anúncio	11	Página: 247, 257, 259, 261
Gráfico	5	Páginas: 171, 249
Charge/caricatura	8	Página: 167, 169, 262, 263, 266
Tabela	9	Páginas: 73, 128, 153, 171, 243, 247, 257
Letra de música	1	Página: 155
Jornal	3	Página: 157, 160, 161
Documentos Legais	18	Página 75, 123, 127, 137, 139, 141, 143, 155, 157, 167, 245, 269

QUADRO 1 – DOCUMENTOS HISTÓRICOS PRESENTES NO LIVRO A (LIVRO DO ALUNO)
FONTE: SILVA (b) (2012).

Na análise qualitativa, com base nas quatro categorias definidas, o que se pode verificar é que muitas dos documentos legais são apenas citados. Pode-se observar também que a maioria dos documentos imagéticos foram utilizados com finalidade ilustrativa, o que

também se aplica aos demais tipos de documentos localizados. Uma parte significativa deles, no caso do Livro A, são tratados didaticamente, evidenciando o entendimento da autora quanto ao fato de que é necessário trabalhar com os documentos. Contudo, em raras situações se pode observar um tratamento didático adequado que abrisse possibilidades de construção do conhecimento histórico.

A análise das orientações presentes no livro A do docente revela a valorização e a recomendação do trabalho com as fontes em sala de aula; no entanto, não há indicações quanto a alguns elementos que seriam imprescindíveis nesse trabalho, como por exemplo: informar os alunos sobre a natureza do documento se é um documento oficial, se é um documento que exprime uma opinião, ideia e gosto, ou se é um documento religioso. Também não foi encontrada nas orientações dadas no livro A, a recomendação para informar aos alunos qual é a origem do documento (onde e quando o documento foi encontrado), a data de sua produção e o autor do documento (autor conhecido ou não, individual ou coletivo). Pode-se supor que os professores sabem e conhecem essas necessidades, mas tratando-se de um manual de orientação, que cumpre determinadas exigências do PNLD, talvez essas contribuições fossem necessárias e interessantes.

No livro B, livro de Alfredo Boulos Júnior, encontram-se se somente dois documentos legais nos capítulos e unidades relacionadas ao tema pré-abolição, abolição e pós-abolição da escravatura no Brasil. O autor privilegia as imagens como documentos históricos ao longo de todo o seu livro, e isto fica claro nas orientações destinadas aos professores sobre como trabalhar com o manual didático do aluno nas aulas de História. O autor dedica uma atenção especial para explicar como se deve “trabalhar com as imagens” em sala de aula, tema que constitui uma seção específica do manual, em detrimento dos outros documentos históricos.

Do ponto de vista quantitativo, pode-se concluir, com base na análise realizada no manual dos alunos e nas orientações presentes no livro do professor, que o livro B atende as indicações para a inclusão de documentos no ensino, como se pode verificar no quadro a seguir:

Quadro 2– Documentos históricos presentes no livro B (livro do aluno) – Total de páginas analisadas: 129

<i>Tipo</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Número das páginas que contêm os documentos históricos</i>
Mapa	11	Páginas: 8, 9, 12, 20, 24 ,53, 59, 204, 217, 241,243

Desenho	3	Páginas:15, 21, 228
Pintura/gravura	61	Páginas: 13,16,17,18,27,52,54,57,61,62,63,183,184,185, ,188,189,190,191,194,195,196,198,199,200,20 1,203,205,206,207,209,210,213,214,220,221, 235,237,245,246,247,249, 258, 262, 263, 265, 267, 275
Fotografia	70	Páginas: 10, 11, 14, 18, 19, 23, 25, 28, 51,55,56,60,64,67,69,180,181,182,183,186,18 7,213,218,219,220,222,224,225,230,235,240,2 42,244,249,251,252,253,254, 259,260,262,264,266,268,271,272,275
Texto como fonte	18	26,28,67,189,192,193,195,21,226,227,229,254 ,257,273,274
Cena de filme	1	Página:68
Gráfico	3	Páginas: 58,60, 218
Charge/caricatura	10	Páginas:215,234,236,238,239,255, 261,262,270,277
Capa de livro	1	Página:257
Tabela	3	Páginas: 240,248,250
Capa de partitura	1	Página: 276
Anúncio de Jornal	1	Página:275
Documentos legais	2	Páginas: 24, 237

QUADRO 2 – DOCUMENTOS HISTÓRICOS PRESENTES NO LIVRO B (LIVRO DO ALUNO)
FONTE: SILVA (b) (2012)

Fica evidenciada também a predominância absoluta de documentos visuais, como chamados nos documentos do PNLD (Editais e Guias). Os documentos legais, objeto de maior interesse na pesquisa realizada, aparecem pouco e são sobretudo referenciados apenas pelo autor, não estando incluídas no manual didático como documentos históricos. Da mesma forma que no manual do professor do Livro A, há orientações para trabalhar com as fontes imagéticas em sala de aula; no entanto, não há orientações específicas que indiquem os elementos constitutivos do trabalho com fontes, quando o objetivo é fazer o aluno construir o conhecimento histórico.

Do ponto de vista da forma pela qual os documentos aparecem no Livro B, uma grande parte das situações está localizada nas categorias 1 e 2, evidenciando que as fontes ou são apenas citadas, ou são usadas com finalidade ilustrativa. Mesmo no trabalho com imagens, observa-se um tratamento didático inadequado para as indicações existentes na literatura acadêmica e nos documentos oficiais de orientação curricular.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, deve-se apontar que as pressões do campo acadêmico e das orientações curriculares para que as fontes estejam presentes nas aulas de História parecem ter resultado em uma incorporação quantitativamente significativa de documentos nos livros analisados. Além da diversidade, deve-se destacar dos quadros apresentados a predominância dos documentos imagéticos, justamente os que têm merecido atenção mais acentuada nos debates sobre o Ensino da História.

Por outro lado, mesmo com a ampliação dos debates sobre as Linguagens e sobre os diferentes tipos de fontes, verifica-se que nos livros analisados que as letras de música foram pouco incluídas. Documentos escritos, de forma geral, também não foram encontrados em número significativo, talvez por efeito do movimento de valorização das imagens.

Considerada a ampliação do acesso a fontes legais que se pode verificar em função da digitalização de documentos e sua disponibilização em sites, entende-se que seria relevante retomar a discussão sobre os documentos escritos e em especial os legais, discutindo suas contribuições nas aulas de História e procedimentos de caráter metodológico que são adequados ao ensino.

Como se observou em relação ao conjunto de documentos, os livros A e B, e talvez outros aprovados no PNLN, ainda necessitam ser revistos quanto aos procedimentos de trabalho que devem ser realizados com os documentos, se o objetivo efetivamente for o desenvolvimento dos alunos em relação ao conhecimento histórico.

5. REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: O saber histórico na sala de aula/ Circe Bittencourt (org.). São Paulo: Contexto: 1998, p. 69-90.

BOULOS Júnior, Alfredo. **História e cidadania, 8º ano**/ Alfredo Boulos Júnior. - São Paulo: FTD, 2009. (Coleção História: sociedade & cidadania).

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas:** sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.3, p. 549- 566, set./dez. 2004.

DOMINGUES, Joelza Ester. **História em Documento – Imagem e Texto, 8º ano/ Ed. Renovada.** São Paulo: FTD, 2009. (Coleção história em documento: imagem e texto).

FORQUIM, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo.** Série Pesquisa, v. 6, Brasília: Liber Livro Editora, 2003.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **Cotidiano escolar, livros didáticos e formação docente.** In: FONSECA, Selva Guimarães; JUNIOR, Décio Gatti (orgs.). Perspectivas do Ensino de História: Ensino, Cidadania e Consciência Histórica. Universidade Federal de Uberlândia. Editora: EDUFU, 2010, p. 361-371.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (orgs.). **Aprender história:** perspectivas da educação histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. (Coleção cultura, escola e ensino).

SILVA (a), Vitória Rodrigues e. **Para onde vamos? O ensino de História segundo os critérios dos Editais do PNLD (2000 a 2013).** Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, 18, 19 e 20 de abril de 2011- Florianópolis/ SC.

SILVA (b), Anne Cacielle Ferreira da. **Manuais de história para o ensino fundamental: a presença de fontes legais relacionadas à escravidão no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.